



A PERSISTÊNCIA DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS CIDADES DO INTERIOR

Thamires Andrade dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo discute sobre os reflexos da sociedade patriarcal, na qual coloca a mulher em um papel secundário e inferior ao homem. Tem como objetivo analisar a relação de ocorrências de violência contra a mulher no cotidiano das cidades do interior. E especificamente entender o processo histórico da sociedade em relação a desigualdade de gênero; entender quais são as ações desenvolvidas nas instituições municipais voltada a atender esse público; compreender as consequências das relações sociais e familiares diante da ocorrência de agressão ou violência sofrida. O método usado na pesquisa foi o bibliográfico a partir da compreensão das obras de vários autores como: Oliveira (2014), Nobre (2009), Saffioti (2004), Waiselfisz (2015) entre outros que discutem sobre o tema. Infelizmente essa herança do patriarcalismo contribui para a imagem do homem superior e incentiva a dependência da mulher pelo marido, esse aspecto contribui para que casos de violência contra a mulher sejam fatos corriqueiros e que a sociedade adota como comportamento normal. Neste estudo, apontamos avanços e conquistas dos movimentos por direitos como a conhecida Lei Maria da Penha, as delegacias especializadas e os serviços ofertados nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS. Mesmo com esses avanços os casos de mulheres vítimas de violência ainda crescem principalmente em mulheres negras. Também destacamos a falta de interesse de discutir esse tema por parte dos equipamentos da Assistência Social e instituições de ensino básico nas cidades do interior que deveriam contribuir para a reflexão dessa realidade na sociedade.

Palavras-chave: Herança. Mulher. Violência.

¹ Graduada em Serviço Social pela Faculdade José Augusto Vieira – FJAV. E-mail: mires_pv@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira ainda apresenta reflexo do patriarcalismo de tempo atrás, responsável pela imagem da família onde a figura do pai era representada pelo chefe da família, prevalecendo suas ordens e atuando como responsável por trabalhar e manter financeiramente o núcleo familiar; ao mesmo tempo que colocava a mulher como a responsável de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, dando-lhe uma imagem secundária e menos importante que a do homem.

Infelizmente muitos ainda carregam essa ideologia até os dias atuais. Essas diferenças de gêneros já começam desde antes da criança nascer, na hora de escolher as cores do quarto e enxoval e continuam em toda sua vida, quando crianças os brinquedos e jogos também são diferenciados por sexos, as meninas já brincam de casinha e boneca enquanto meninos colecionam carros, jogam bola e vídeo game. Em rodas de conversas de vizinhos nas calçadas, costumes de cidades de interiores no final da tarde sempre ouve julgamento do comportamento das meninas bem diferentes em relação aos meninos.

Essas diferenças sempre me intrigaram desde crianças, principalmente na adolescência, por ter um irmão praticamente da mesma idade, mas sempre couber só a me ajudar nos afazeres domésticos enquanto ele não podia fazer nenhuma dessas atividades por ser homem. Mais tarde participei de um grupo de estudos feminista composto por garotas da minha cidade. Esses fatores contribuíram para a escolha desse tema.

Também por ocorrer casos de violência doméstica contra a mulher, principalmente pelo companheiro da vítima e que no dia até vira notícia na vizinhança, mas logo são esquecidos. Como a cidade (Poço Verde/SE) não tem delegacias especializadas e não se vê tantas ações promovidas por órgãos para passar informações sobre esse tema, nem é debatido nas escolas em sala de aula para as crianças. O único dia de se falar do tema acaba sendo no Dia Internacional da Mulher e muitas vezes realizado como uma festa invés de um lugar para falar da luta de conquista das mulheres ou de meios de combate a violência contra a mulher.

Sendo assim a presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação de ocorrências de violência contra a mulher no cotidiano das cidades do interior. E especificamente entender o processo histórico da sociedade em relação a

desigualdade de gênero; entender quais são as ações desenvolvidas nas instituições municipais voltada a atender esse público; compreender as consequências das relações sociais e familiares diante da ocorrência de agressão ou violência sofrida.

1. METODOLOGIA

O presente estudo apresenta pesquisa quantitativa que “representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretações, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências”. (RICHARDSON, 1999, p. 70). Analisando assim dados de estudos feitos por outros pesquisadores.

A pesquisa tomou como método o materialismo histórico e dialético. “considera-se materialismo, porque sua interpretação da natureza, concepção dos fenômenos naturais e sua teoria são materialistas. E considera-se dialético, porque sua aproximação (método e estudo) dos fenômenos naturais é dialética” (RICHARDSON, 1999, p. 44).

O materialismo dialético é a única corrente de interpretação dos fenômenos sociais que apresenta princípios, leis e categorias de análise. [...] O aparecimento, a mudança ou o desenvolvimento de um fenômeno só é possível em interligações com outros sistemas materiais (mudanças em um, traz mudanças em outros). (RICHARDSON, 1999, pg. 47)

A escolha desse método foi devido à busca de compreender melhor a realidade na qual os indivíduos estão inseridos. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, utilizada na construção de seu referencial teórico para aproximação e conhecimento do objeto abordado.

A pesquisa bibliográfica “(...) desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL 2008, p.50). A escolha pela pesquisa bibliográfica foi devido a existência de material de outros autores sobre o tema e que pode contribuir muito com esse estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente as mulheres eram consideradas inferiores aos homens, não possuíam os mesmos direitos que eles como educação, voto, trabalho entre outros.

A discussão acerca das desigualdades entre homens e mulheres, como sabemos, não é recente, muito pelo contrário: dos gregos antigos até bem pouco tempo atrás, acreditávamos que a mulher era um ser inferior na escala metafísica que dividia os seres humanos, e, por isso, os homens detinham o direito de exercer uma vida pública. Às mulheres, sempre foi reservado um lugar de menor destaque, seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada, e, durante o século das luzes, quem julgasse se apossar da igualdade estabelecida pela Revolução Francesa para galgar espaços na vida pública teria como destino a morte certa na guilhotina. Muitas mulheres que tentaram reivindicar seus direitos de cidadania tiveram esse destino (SILVIA, 2010, p. 01).

De acordo com Saffioti (2004, p. 81) “violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino”. Sendo assim, essa categoria de violência implica em uma cultura social que vem sendo alimentada ao longo dos anos pela sociedade em apresentar o homem como ser superior a mulher. Atribuição dada não apenas pelas características físicas mais também intelectual.

Por essas atribuições foram divididos os papéis de cada um na sociedade, onde os homens eram considerados mais fortes e inteligentes e, portanto, responsável por proporcionar a renda para atender todas as necessidades da família, enquanto a mulher assumiu a responsabilidade de cuidar dos filhos e do lar. O que contribuiu para este pensamento de que o homem e a mulher têm capacidade diferentes e que a mulher é inferior ao homem.

Quando um grupo social legitima papéis que não necessariamente condizem com a realidade desses mesmos atores sociais, cria um sistema de crenças que será disseminado no imaginário social coletivo. Esse sistema de crenças vai legitimar, por sua vez, a violência física ou sexual (também poderia legitimar qualquer outra), estabelecendo como norma a condição do homem como herdeiro único do sistema patriarcalista, machista e viril bem como do capitalismo selvagem do qual fazemos parte (SILVIA, 2010, p. 01).

A imagem do homem superior e mais forte acabou contribuindo para ocorrências de atos de violência contra a mulher, que perpassam deste a violência física à psicológica e infelizmente foi visto como algo corriqueiro nas famílias patriarcais e esse costume perdurou durante anos. Para Silvia (2010, p. 01):

Do nosso ponto de vista, não compreendemos a violência contra as mulheres apenas como um ou vários atos sistematizados de agressão contra o seu corpo, seja da ordem do abuso sexual, seja do espancamento, da tortura física ou psicológica. No nosso entender, a violência que a mulher sofre está no seu dia a dia, incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, de homens, mas também de mulheres, que legitimam a subordinação do sujeito feminino ao domínio do poder masculino. A violência contra as mulheres está velada no mascaramento e na subordinação da nossa linguagem cotidiana, no uso de expressões e de diversos jogos de linguagem, nas palavras de duplo sentido, na criação de referenciais para dar conta de uma realidade que não é a mais condizente com o seu papel na sociedade, também na criação de estereótipos que moldam formas singulares de preconceito e discriminação através de personagens da vida cotidiana, tais como a doméstica, a dona de casa, a professorinha, a mãe e a garota de programa estilo exportação, entre tantos outros tipos, cuja imagem se transformou em um objeto tão vendável quanto qualquer outro produto de consumo, com o corpo explorado através da mídia, além de servir às leis imperativas do comércio e do turismo sexual.

Apesar da luta por igualdade e conquistas ainda hoje são registrados casos de violência contra a mulher na sociedade atual. Para o Conselho Social e Econômico das Nações Unidas, em 1992 violência contra a mulher configura-se como “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada” (ONU,2002, s/p).

Essa violência viola os direitos humanos das mulheres, portanto, ultrapassa a fronteira do espaço privado; constitui uma questão de Estado, que deve ser enfrentada no campo das políticas públicas voltados para a equidade de gênero, até porque a violência doméstica e familiar contra a mulher é uma expressão dessa desigualdade e deve ser analisada no contexto das desigualdades de classe social e de raça/etnia (SANTOS e MEDEIROS, 2017, p. 236).

São várias as formas de violência contra a mulher que se manifestam na contemporaneidade mostrando que a luta por igualdade ainda não acabou e que na verdade se tem um longo caminho pela frente.

Segundo Santos e Medeiros (2017) o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil ganhou impulso a partir do ressurgimento de movimentos feministas na década de 70, esses movimentos e os movimentos de mulheres no contexto de redemocratização do país, atuaram, dentre outras ações, na denúncia dos crimes de assassinatos de mulheres sob a justificativa de legítima defesa de honra.

As mulheres morriam em nome da honra masculina, em silêncio ou em segredo, às vezes devido a questões ligadas à sua vida privada ou à sua intimidade, o que fez com que o discurso dos movimentos sociais, tais como

o movimento feminista, ganhasse respaldo através da publicidade dos atos de violência contra a mulher na mídia, sensibilizando a opinião pública ao mostrar aqueles que queriam ser reconhecidos como os não violentos ou refinados (SILVIA, 2010, p. 01).

Vale ressaltar alguns pontos importantes que ocorreram na história das políticas públicas de gênero, tais como:

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que foi criado em 2005. Outras políticas públicas de gênero e de promoção dos direitos humanos também foram ampliadas e implementadas, como: criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher (DEAM), criação de juizados especiais, programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual, então chamado de “Brasil sem homofobia”, aprovação da Lei Maria da Penha, criação da Central de Atendimento à Mulher, Centro de Atendimento Especializado na população LGBT, dentre outros (OLIVEIRA, 2013, p.14).

Considerada uma das grandes conquistas nesse campo foi o decreto da Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, a qual “tornou-se um marco histórico, pois foi fruto do processo democrático e que deve ser compreendida como um caso exemplar bem-sucedido de articulação política entre a sociedade civil, representada pelos movimentos de mulheres e feministas brasileiro e os poderes executivo e legislativo” (SANTOS e MEDEIROS, 2017, p. 246). A qual caracteriza a violência doméstica como:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006, s/p)

A Lei Maria da Penha busca prevenir, coibir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Apresentando parâmetros de atendimento, medidas de proteção às vítimas e também as medidas aplicadas ao agressor.

Além disto, em seu artigo 7º conceitua as formas de violência domésticas e familiar contra a mulher:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, s/p).

A violência de gênero não afeta só a vítima, as consequências rebatem em toda sua família. A vergonha perante seus familiares e colegas de trabalho podem causar ainda mais dano, fazendo com que ela não busque ajuda e nem denuncie o agressor. Porém, em casos de violência contra a mulher os familiares têm um papel fundamental, por proporcionar o apoio que elas necessitam para se reerguer e continuar sua vida após a violência.

Antes da Lei Maria da Penha, os casos de Violência contra a mulher eram tratados como crimes de menor potencial ofensivo e em muitos casos acabavam sendo atribuída para o agressor a entrega de cestas básicas e não apresentava nenhuma medida protetiva, o que acabava contribuindo para que a mulher voltasse à situação de violência e muitas até acabavam pagando a cesta básica junto com o agressor.

A lei Maria da Penha continua representando um importante avanço, principalmente em relação proteção aos direitos da mulher e na coibição

das situações de violência doméstica, através de uma maior penalização do agressor, o que até então não ocorria quando na vigência da Lei no. 9.099/1995, pela qual os casos de violência contra a mulher eram considerados crimes de menor potencial ofensivo, sem que nenhuma medida protetiva fosse oferecida a vítima e a pena principal impetrada ao agressor se reduzia ao pagamento de cesta básica (SANTOS e MEDEIROS, 2017, p. 246).

A referida lei ainda apresenta em seu Capítulo II da Assistência à mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar as medidas protetivas de caráter emergencial:

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual. (BRASIL, 2006, s/p)

Uma das unidades de atendimento em casos de violência contra a mulher é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS:

Unidade pública que oferta serviço especializado e continuado a famílias e indivíduos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres), em situação de ameaça ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de risco pessoal e social associados ao uso de drogas, etc. (MDS, SP. 2017)

O CREAS deverá fazer acompanhamento da mulher e seus filhos visando a garantia de direitos, prevenção para que a violência não volte a acontecer e o enfrentamento da violência, proporcionando um atendimento integral e humanizado,

sem preconceito ou julgamento. No entanto, essas conquistas e políticas públicas alcançadas no decorrer do tempo, não garante sua efetivação automaticamente.

Compreende-se que as políticas públicas implementadas até este momento no Brasil, são fragmentadas, focalizadas e individualizantes, e assim o é, porque atende a agenda do modelo neoliberal e desregulamentador aqui implementado, e sendo assim, não tem conseguido atingir as reivindicações das mulheres, pois, para tal será necessário antes de tudo compreender o que é identidade de gênero e como nesta categoria se inscreve a categoria patriarcado.(OLIVEIRA, p. 131, 2014)

Vale ressaltar também que o governo lançou o Pacto Nacional pelo enfrentamento à Violência contra as Mulheres em 2007.

A construção do Pacto partiu da concepção de que o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher só será possível com a implementação de ações integradas, organizadas em áreas estruturantes. Seu desenho rompe com a visão tradicional de atuação fragmentada do Estado (BRASIL, 2007, p. 09)

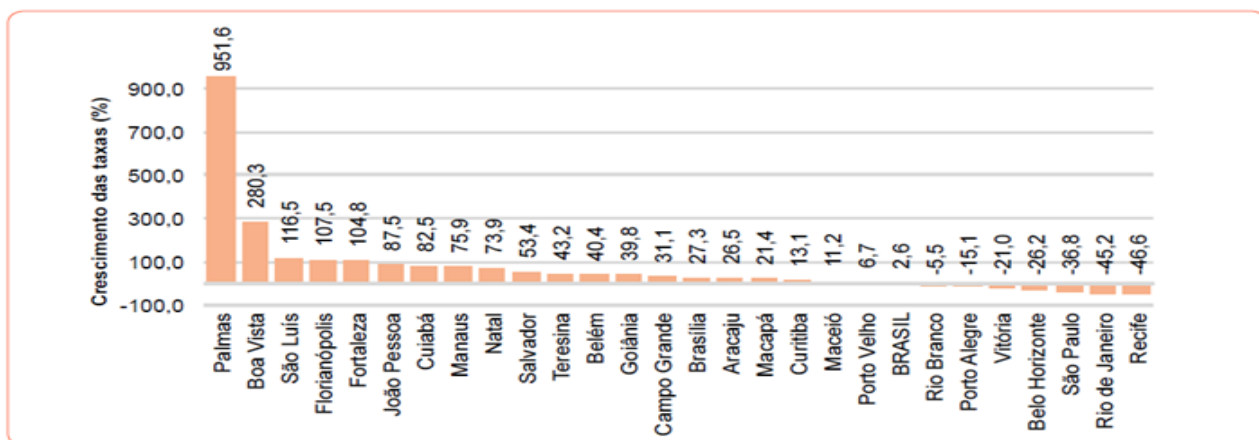
Para compreendermos a quantidades de casos que ocorreram no Brasil e em especial no Interior do país, vamos analisar dados de estudos de alguns autores.

As estatísticas sobre a violência contra as mulheres não mentem. Elas fazem parte da mobilização de órgãos públicos e privados para demonstrar os índices de violência de gênero no Brasil e no mundo. A partir desses dados é que os governos passam a se mobilizar em prol de políticas públicas na garantia de direitos e deveres das mulheres.

De acordo com Waiselfisz (2015, p. 24) em seu estudo intitulado 'Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil'² mostra que houve um crescimento de 26,5 na capital Aracaju entre os anos de 2006 a 2013. Como mostra a tabela a seguir:

² Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil um estudo feito por Julio Jacobo Waiselfisz , o qual já publicou outro mapa em 2012, afirma que não pretendemos, com nossos Mapas da Violência, fazer um diagnóstico da violência no País. Nossa intenção é subsidiar uma discussão necessária, imprescindível, por parte da sociedade civil, dos aparelhos do Estado, dos movimentos sociais, das organizações de direitos humanos, dos operadores da lei, sob a única premissa de que o direito à vida é um bem fundamental, sem o qual nenhum outro direito é possível. Preservá-lo é nossa obrigação.

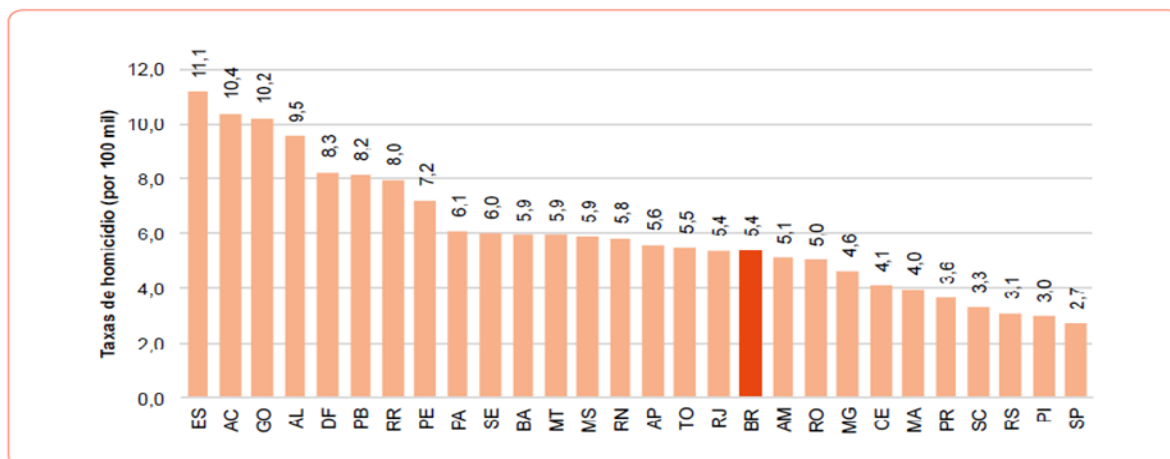
Figura 1 Crescimento % das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil nas Capitais) Brasil 2006/2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

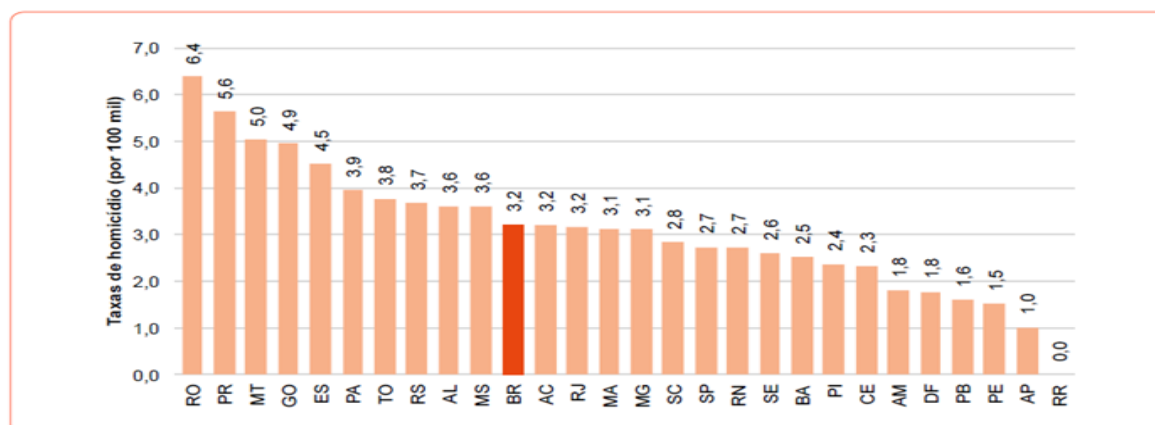
Waiselfisz (2015, pag.35) também mostra que a taxa de mulheres negras mortas cresce bem mais comparadas com as mortes de mulheres brancas. Em Sergipe, as mortes de mulheres negras é maior que a morte de mulheres brancas, apresentando uma diferença de 3,4 no ano de 2013.

Figura 2 taxas de homicídio de mulheres negras (por 100 mil). Brasil 2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

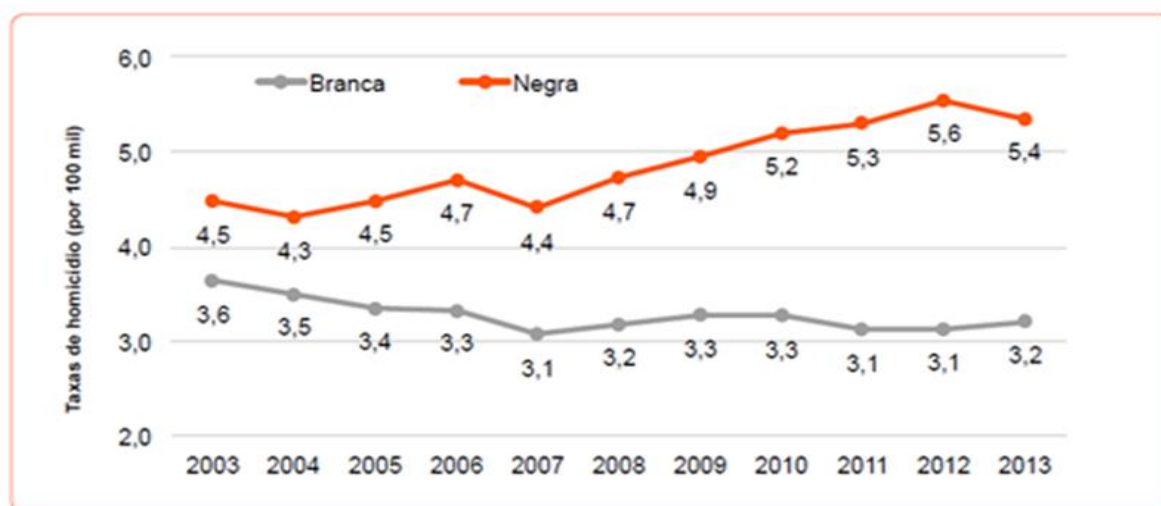
Figura 3 Taxas de homicídio de mulheres brancas (por 100 mil). Brasil. 2013.



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Ressalta-se aqui há existência de uma parcela que apresenta números ainda maiores de ocorrência de violência, a população de mulheres negras ainda são alvos com mais frequência que as mulheres Brancas. Mostrando uma possível atitude de preconceito racial na população do país, além do patriarcalismo e machismo na sociedade.

Figura 4 Evolução das taxas de homicídio de mulheres brancas e negras (por 100 mil. Brasil. 2003/2013.



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

No artigo intitulado 'Um Panorama da Violência contra a Mulher em Aracaju na Década de 90³ de Maria Teresa Nobre (Professora da Universidade Federal de

³ Este artigo é adaptação de um capítulo da Tese de Doutorado defendida pela autora junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em 2006, intitulada

Sergipe - UFS) com base nos registros de Boletins de Ocorrência da DEPM (Delegacias da Mulher de Sergipe) de Aracaju dos anos de 1998 a 2000, em sua pesquisa mostrou-se que na maioria dos casos a ocupação da mulher com maior percentual de ocorrência (apresentou 32%) foi designada como sendo 'Do Lar', onde a autora ressaltou que essa expressão pode ter sido atribuída às mulheres que não estão inseridas no mercado de trabalho pelos policiais no momento do registro da ocorrência. E segue apresentando ocupações da qual a remuneração é baixa como as empregadas domesticas, as operarias, as comerciantes e os serviços gerais apesar desses dados a pesquisadora informa que não é possível identificar a classe social a qual as vitimas pertence, pois não tinha registro de informação da renda dessas mulheres. Mas percebesse que elas estão ligadas a atividades poucas valorizadas e rendáveis.

Segue a tabela apresentada no estudo (Nobre, 2009, p. 12):

Figura 5 Ocupações das mulheres denunciante

OCUPAÇÃO	%
Do lar	32,3
Empregada Doméstica	15,5
Operária / Comerciária / Serviços Gerais	10,8
Autônoma	9,0
Estudante	6,6
Comerciante	4,1
Funcionária Pública	3,7
Funções técnicas	3,4
Professora	3,3
Profissional Liberal	1,7
Aposentada	1,3
Outras	8,4
Total	100,0

Fonte: Pesquisa direta na DEPM/ ARACAJU (1998-2000)

Assim como no estudo de Waiselfisz (Mapa da violência 2015) na pesquisa de Nobre (2009) também foi ressaltado a cor da pele, mas nesse último foi classificada como sendo 'Brancas ou Não Brancas' e mostrou uma disparidade enorme na comparação, como mostrou a tabela no estudo (NOBRE,2009, p. 16):

"Resistências femininas e ação policial: (Re) pensando a função social das Delegacias da Mulher", sob orientação do Prof. Dr. César Barreira. Bolsista CNPq/ PICDT

Figura 6 cor da denunciante

<u>COR / RAÇA</u>	
Branca	18,1
Não Branca	81,9
Total	100,0

Fonte: Pesquisa direta na DEPM/ ARACAJU (1998-2000)

A autora ainda explica que a cor da pele também é atribuída pelo policial na hora do registro da ocorrência, sendo então definida pelos critérios e entendimento unicamente do policial e não pela auto declaração da vítima. Esses fatores contribuem para que não se tenha uma exata análise sobre questões de racismo. Mas quando comparamos com o estudo de Waiselfisz no qual a mulher branca também apresentasse percentuais menores que a mulher negra ou não branca podemos nos questionar sobre questões de racismo.

Sendo assim, podemos inferir que tivemos avanços e disputa por direitos ao longo dos anos e que muitos foram conquistados e ainda lutamos tanto por novas conquistas como para que seja efetivada as já alcançadas. Porém, vivemos em um Estado capitalista com uma herança patriarcal e conservadora e que sofre influência de grupos e seguimentos com relações de poder diferentes ocasionando privilegiados para uma parcela, pois não tem como atender a todos. Esse reflexo da sociedade faz com que a luta por direitos de igualdade e justiça para as mulheres, principalmente a mulher negra seja mais difícil, mas não podemos aceitar essa situação para não correr o risco de alimentar esse sistema de desigualdades, vamos sim continuar lutando e disputando espaço por mais políticas publicas voltadas para a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio da sociedade brasileira parte de uma ideologia patriarcal, onde apresentava a mulher como responsável por cuidar dos filhos e da casa, dando-lhe

um lugar secundário, muitas vezes designada com o papel de cuidar do marido ou companheiro.

Apesar da luta por igualdade e de conquistas por espaços ao longo dos anos em algumas sociedades a mulher ainda sofre violência seja física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral como reflexo desse patriarcalismo herdado da sociedade.

Alguns fatores contribuem para que essa persistência continue presente na sociedade como a falta de discussões e debates sobre esse tema com as crianças e adolescentes, seja na família ou na escola, contribui para que os casos de violência contra a mulher sejam vistos na sociedade como algo comum.

Assim como a falta de orientação, informação e apoio ainda leva a mulher viver em situação de violência e não denunciar, ou até mesmo ir à delegacia pode ser constrangedor, visto que em muitos municípios de pequeno porte não possuem delegacia especializada para esses casos, como as delegacias de mulheres. O fato do número de vítimas negras ou não brancas ser maior mostra um possível reflexo do preconceito racial presente na sociedade e como essa parcela negra é ainda mais vulnerável.

Vale ressaltar a importância do Centro de Referência Especializado da Assistência Social que deverá oferecer acompanhamento e orientação em casos de denúncia. Oferecer ações e serviços para que a mulher supere e conquiste uma certa independência inserindo-a em cursos e programas visando proporcioná-la uma renda. E não depender financeiramente do marido para sustentar seu lar e filhos.

Em muitos casos as relações sociais e familiares são de extrema importância para que a vítima supere esse momento, pois muitas vezes a mulher precisará sair da própria casa, do emprego para não correr o risco de a violência voltar a acontecer, é onde precisará do apoio dos familiares e pessoas mais próximas.

A conquista da Lei Maria da Penha e seu papel fundamental de prevenir, coibir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Onde caracteriza e conceitua a violência doméstica, apresentando parâmetros de atendimento tanto as medidas de proteção às vítimas como também as medidas aplicadas ao agressor para que não acabe reduzida a entrega de cestas básicas, como acontecia antigamente.

Conseguimos no final desse estudo compreender a luta por direitos, igualdade e justiça travada há anos por movimentos de mulheres mostrando algumas de suas conquistas e muitas outras ainda a serem alcançadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei 11.340 de 07 de agosto de 2016

Brasil. **Enfrentamento à violência contra a mulher: balanço de ações 2006-2007**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, 6ª ed: Atlas, 2008

MDS. **Centro de Referência Especializado da Assistência Social**. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/centro-referencia-especializado-assistencia-social.html>> acesso em: 30 de mai. 2017.

NOBRE, Maria Teresa. **Um Panorama da Violência contra a Mulher em Aracaju na década de 90**. Revista da Fapese, v.5, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2009

OLIVEIRA, Cynthia Peluzzo de. **Políticas Públicas de Gênero para Mulheres: Um Insight**. Disponível em< <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2013/09/MONOGRAFIA-CYNTHIA-PELUZZO.pdf>> acesso em: 02 de Jun. 2017.

OLIVEIRA, Maria de Fátima Silva. **Permanências e Mudanças: uma análise sobre a efetividade da Lei Maria da Penha a partir da experiência de profissionais do Centro de Referência de atendimento à Mulher em Situação de Violência de Tobias Barreto/SE**. Orientadora: Maria Helena Santana Cruz. São Cristóvão, 2014.

ONU - Conselho Social e Econômico, Nações Unidas, 1992. **Relatório do Trabalho de Grupo na Violência contra a Mulher** - Viena - Nações Unidas. Disponível < <http://ses.sp.bvs.br/lis/resource/21829#.WSwdl5LyvIU>> acesso em: 29 de mai. 2017

RICHARDSON, Roberto Jarry Et Al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Ebe Campinha dos. MEDEIROS, Luciene. **Lei Maria da Penha: Onze anos de conquista e muitos desafios** in Relatos, Análises e Ações no enfrentamento da Violência Contra Mulheres. Brasília – DF, Technopolitik, 2017.

SILVIA, Sergio Gomes da. **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher**. Psicol. cienc. prof. vol.30 no.3 Brasília set. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009 acesso dia 04 de Abr. 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível< www.mapadaviolencia.org.br> acesso dia 10 de fev. 2018.